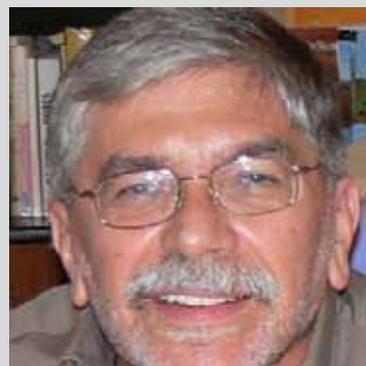


### **Ações Inclusivas na Extensão: Quando o Foco é a Cultura Indígena**

#### ***1. Quais mudanças a médio e longo prazo poderão ocorrer no cenário escolar com a inclusão obrigatória da temática indígena no currículo oficial da rede de ensino determinada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008?***

A escola brasileira, historicamente, tem priorizado o olhar para fora copiando muitas vezes modelos e conteúdos distanciados da nossa realidade histórico-cultural. Minha geração, por exemplo, estudou no segundo grau a história do Império Gupta, os faraós do Egito, Roma, Grécia, a Idade Média na Europa – e é bom que assim tenha sido feito –, mas não parou um minuto sequer para refletir sobre as matrizes indígenas e africanas formadoras da nossa nacionalidade, o que é lamentável. O diálogo com outras culturas e outras histórias só pode ser mantido, se tivermos consciência de quem somos, da nossa identidade, das matrizes formadoras da nacionalidade. Creio que a inclusão da temática indígena, juntamente com a temática afro-brasileira, pode trazer a escola para mais perto do Brasil, para conviver com a nossa realidade, tornando a sala de aula mais agradável e prazerosa. Essa, talvez, seja a principal mudança que pode ocorrer. A outra é o – digamos assim – ‘choque epistemológico’ resultante desse processo, a descoberta de que existem outras formas de ensinar, aprender e pensar, e que a gente só alcança um conhecimento universal se houver diálogo entre conhecimentos particulares.

#### ***2. A inclusão da cultura indígena no currículo oficial da rede de ensino (Fundamental e Médio) implica formação diferenciada de professores e produção de material didático específico para atingir essa***



**Prof. José Ribamar Bessa Freire**

Doutor em Literatura Comparada;  
Coordenador do PROINDIO/UERJ e  
Prof. do Programa de Pós-graduação  
em Memória Social/UNIRIO  
bessa@cm.microlink.com.br/  
proindio@dft.if.uerj.br

Entrevista conduzida pela  
bolsista de extensão/Revista In-  
teragir/UERJ/ Luana Machado.

### **nova meta. Como e onde seriam formados e preparados esses “novos” educadores?**

Os cursos de pedagogia e as licenciaturas das universidades brasileiras devem fazer mudanças curriculares para que os professores possam se apropriar das ferramentas adequadas à nova realidade escolar. A UERJ já saiu na frente. A nossa Faculdade de Educação tomou a iniciativa de oferecer disciplinas eletivas que permitem refletir sobre as questões étnicas em educação. No primeiro semestre de 2008, ministramos essas eletivas para mais de cem alunos de diferentes cursos – pedagogia, matemática, biologia, física, química, ciências sociais, história, letras, educação física. Agora, no segundo semestre, mais de cem alunos, também de diferentes cursos, se matricularam nelas. Quanto aos professores já formados, existe uma enorme demanda dos municípios para cursos de atualização, à qual o Programa de Estudos dos Povos Indígenas (PROINDIO) da Faculdade de Educação da UERJ está procurando atender. Acabamos de ministrar oficina de 16 horas para 150 professores de Japeri. Na primeira semana de setembro de 2008, discutimos esses cursos de atualização com 50 professores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E ainda em setembro, vamos a Angra e Paraty. Quanto à produção de material didático, o PROINDIO, através do DEPEXT, editou um livro sobre a história dos Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro, que já se esgotou. A Secretaria Municipal do Rio de Janeiro está interessada na segunda edição. Mas isso é ainda pouco. É preciso traduzir outros conhecimentos produzidos nos cursos de pós-graduação para que cheguem até a sala de aula.

### **3. E, em se tratando das metodologias aplicadas, quais seriam as práticas pedagógicas mais eficazes para a formação de alunos índios e não-índios mais conscientes sobre sua cidadania e seu país?**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEIs), – ambos contaram com a nossa modesta contribuição – apontam alguns caminhos. Um deles é promover, quando possível, visitas às aldeias,

permitindo um encontro de índios e não-índios. Agora mesmo, no mês de julho, um ônibus da UERJ levou 30 alunos do Curso de Pedagogia às aldeias guaranis de Angra e Parati. Esse contato permite que o estudante tome conhecimento das etnociências, que foram ignoradas e tratadas pela sociedade brasileira quase sempre de forma preconceituosa, como se fossem a negação da ciência e da objetividade. São pouco divulgados os conhecimentos sofisticados que os índios produziram acerca de plantas medicinais, agricultura, melhoramento genético de plantas cultivadas, manejo da pesca e da vida selvagem, astronomia. Lévi-Strauss, no seu livro “*O Pensamento Selvagem*”, chama a atenção para o fato de que muitos erros e confusões poderiam ter sido evitados, se o colonizador tivesse confiado nas taxonomias indígenas, em lugar de improvisar outras não tão adequadas. O antropólogo Darell Posey acha que, se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos, que sobreviveram com sucesso por milhares de anos. Essa atitude constrói uma ‘ponte ideológica’ entre culturas, que facilita a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno.

### **4. Justamente. Parte de nossos conflitos sociais tem como causa o desrespeito e a falta de reconhecimento da alteridade. De que modo a escola deve assumir seu papel fundamental no reconhecimento dessas diferenças e na valorização do Outro, a fim de construir uma sociedade mais justa e fraterna?**

O escritor mexicano Octávio Paz escreveu com muita propriedade que “*as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas*”. Ninguém vive isolado absolutamente, fechado entre muros de uma fortaleza. No entanto, a impressão que às vezes temos de nossa escola é de que ela é uma fortaleza monocultural e etnocêntrica. Os muros da escola precisam ser derrubados para que ela assuma plenamente seu caráter intercultural, ou seja, para que se torne um campo de diálogo entre diferen-

tes culturas. Tudo aquilo que o homem produz em qualquer cultura e em qualquer parte do mundo – no campo da arte, da técnica, da ciência – tudo o que ele produz de belo merece ser usufruído por outro homem de qualquer outra parte do planeta. Queremos uma escola intercultural que desperte e incite a curiosidade sobre o outro, propiciando um diálogo respeitoso entre culturas. Não se trata apenas de *tolerar*, mas de *estimular* a diferença. Como regra geral, nossa escola vê a diversidade como algo que atrapalha o processo pedagógico e que deve, portanto, ser eliminado, quando, na verdade, a diversidade pode ser usada como um grande recurso pedagógico do professor.

**5. Qual a contribuição das atividades acadêmico-extensionistas para a construção de novos olhares sobre a realidade cultural brasileira, principalmente, quanto às questões étnicas e, em especial, a indígena?**

A extensão, por ter mais liberdade, por não estar tão engessada a determinados ritos e normas rígidas, constitui um campo muito propício até mesmo para algumas práticas de ensino e pesquisa, que, de outra forma, teriam mais dificuldades de se desenvolverem. Exemplifico: no Brasil, hoje,

são faladas 188 línguas indígenas. Uma delas é a língua guarani, que tem 40.000 falantes em dez estados do Brasil e mais 200 mil falantes em aldeias da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Nenhuma universidade brasileira oferece aos seus alunos o ensino do guarani. No ano 2000, a UERJ ofereceu para 90 alunos um curso de extensão em Língua Guarani, ministrado por um índio que só havia concluído o primeiro grau e que, em princípio, não poderia ser professor da disciplina se ela fosse oferecida dentro da grade curricular de um curso regular. Processo similar ocorreu com um projeto de pesquisa desenvolvido, entre 1992 e 1995, pelo PROINDIO, em parceria com o Núcleo de História Indígena da USP. Durante mais de três anos, mapeamos documentação histórica sobre índios em 25 grandes arquivos do Rio de Janeiro, com 12 bolsistas; seis deles bancados pela USP e a outra metade pela Sub-reitoria de Extensão da UERJ. O objetivo da pesquisa era, evidentemente, acadêmico, mas com características de militância, que teriam dificuldade de encontrar guarida num Curso de Pós-Graduação. É isso aí. A extensão é uma maravilha, uma espécie de batedor que sai na frente, abrindo caminho, construindo estradas que depois poderão ser trilhadas por outros.

